

RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT3 - IMPACTOS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA SAÚDE MENTAL NA
UNIVERSIDADE.

**IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA
SAÚDE MENTAL DA PESSOA IDOSA: UMA LEITURA A PARTIR DA
UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (UNATI/UENF)**

Viviane Carneiro Lacerda Meleep (viviclacerdadv@gmail.com)

Amanda Souza Braga (advamandasbraga@gmail.com)

Moyana Mariano Robles Lessa (moyanarobles@hotmail.com)

Valtair A. Miranda (valtairmiranda@gmail.com)

O envelhecimento populacional é uma das transformações demográficas mais expressivas da sociedade brasileira, impondo ao Estado o desafio de garantir, na prática, direitos já formalmente assegurados às pessoas idosas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 230, atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar. Esse dever constitucional foi regulamentado pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que reconhece o direito à preservação da saúde física e mental como corolário da dignidade humana, e pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006), que orienta a atenção integral a esse segmento. Apesar desse arcabouço normativo, observa-se um distanciamento entre o direito positivado e sua efetivação cotidiana, sobretudo quanto à saúde mental dos idosos, historicamente tratada como pauta secundária nas políticas de saúde e

assistência social. Nesse cenário, os programas de extensão universitária voltados à terceira idade assumem papel estratégico como espaços de concretização de direitos humanos e de políticas públicas. Este trabalho tem como objetivo geral analisar de que forma as políticas públicas e o arcabouço normativo de direitos humanos voltados à pessoa idosa se materializam no ambiente universitário, tomando como referência empírica as ações da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), vinculada à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que oferece gratuitamente atividades físicas, cognitivas, artísticas e de convivência social a idosos de Campos dos Goytacazes, além de acompanhamento geriátrico especializado. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, desenvolvida por revisão bibliográfica e documental, abrangendo a legislação pertinente, literatura científica sobre direitos humanos, políticas públicas e saúde mental do idoso, além de dados institucionais sobre a UNATI, adotando-se o método dedutivo, que parte do marco jurídico geral de proteção à pessoa idosa para examinar sua expressão concreta em uma experiência universitária de extensão. Conclui-se que a experiência da UNATI/UENF evidencia que a efetivação dos direitos humanos da pessoa idosa depende menos da existência formal de normas e mais da criação de espaços institucionais capazes de traduzi-las em prática cotidiana. Ao oferecer convívio social, estímulo cognitivo, cuidado geriátrico e participação cultural, a universidade se converte em vetor de política pública, contribuindo para a prevenção do isolamento social e a promoção da saúde mental dos idosos atendidos, reforçando a centralidade da universidade pública na construção de uma velhice mais digna e emocionalmente saudável.

Palavras-chave: direitos humanos; políticas públicas; saúde mental; pessoa idosa; unati.